Política Editorial do site do Observatório da Pesca Artesanal

Antecedentes:

Sobre o Conselho Editorial

O Conselho Editorial tem a missão de zelar pela Política Editorial do site e propor atualizações quando necessário, que serão analisadas e aprovadas pelo Comitê Político. Cabe também ao Conselho Editorial criar seu regimento de funcionamento.

Sobre a Política Editorial

A Política Editorial do site é o documento que indicará a linha editorial que a Página Web do Observatório da Pesca Artesanal deve seguir. Além dos assuntos e temáticas que devem ser abordados e priorizados, será estabelecida também uma orientação ética de como devem ser tratados.

Funcionamento do Conselho Editorial

O Conselho Editorial funcionará ainda como espaço de proposição e geração de pautas e de novas ideias de conteúdos que devem ser produzidos e postados no site.

Após o lançamento do site, é importante que esse grupo ajude a criar uma agenda de conteúdos a serem incluídos na plataforma, contemplando a diversidade de atores, grupos, regiões, organizações, respeitando o conjunto dos gêneros e gerações.

A partir da criação da Política Editorial do Site, o Conselho Editorial terá o poder de veto de conteúdos que não estejam de acordo com a política estabelecida.

O Conselho Editorial será formado por 10 membros, distribuídos entre pescadores 6, apoiadores 2 e técnicos 2. O mesmo se renovará parcialmente periodicamente, dentro de um período a definir, de forma a dividir as tarefas e a garantir as devidas continuidades.

O Conselho Editorial está submetido ao Comitê Político do Observatório da Pesca Artesanal, que poderá fazer indicações de correções na agenda de pautas, além de rever decisões sobre os conteúdos publicados no site.

Introdução:

O site do **Observatório da Pesca Artesanal** tem o objetivo de divulgar as pautas e as informações que tratam da defesa do modo de vida, das tradições e das lutas das comunidades pesqueiras artesanais do Brasil. Além disso, o Observatório também quer ser um espaço de referência para produção de dados sobre a pesca artesanal e a produção pesqueira. Por isso é importante que seja um espaço que veicule as opiniões dos pescadores e pescadoras artesanais inseridos nos principais movimentos representativos dos pescadores (MPP, ANP, Caiçaras, CONFREM etc) e onde seja possível produzir contra-informação ao noticiário “monodiscursivo” e hegemônico dos veículos de imprensa tradicionais.

Linha editorial:
O site do Observatório da Pesca Artesanal tem uma linha editorial e política clara: a de defesa dos povos das águas e do meio ambiente, e de luta contra os impactos dos grandes empreendimentos econômicos e de infraestrutura que têm se alastrado pelos mares, rios e lagos e as zonas costeiras onde vivem e trabalham os pescadores e pescadoras artesanais.

Além de denunciar os problemas enfrentados pelos pescadores e pescadoras artesanais, o site também se propõe a divulgar as soluções propostas e as belezas que estão presentes nos territórios pesqueiros e no modo de vida dos pescadores e pescadoras artesanais.

Outro objetivo desejado pelo site do Observatório é ser fonte de informação para os pescadores e pescadoras artesanais sobre assuntos que interessam e impactam suas comunidades pesqueiras. Assim, temáticas de saúde, produção pesqueira, informações meteorológicas, dentre outros, estarão presentes no site.

Princípios:
É importante ressaltar que, diante dessa opção editorial, as abordagens dos assuntos nas matérias, vídeos, artigos e podcasts divulgados no site, devem corresponder a um olhar humanístico e crítico da realidade. Deve haver também uma abordagem de defesa dos Direitos Humanos e do meio ambiente. Violações a esses princípios devem ser denunciadas dentro da nossa linha editorial.

Os conteúdos devem contemplar a diversidade de atores, grupos, regiões, organizações, respeitando o conjunto dos gêneros e gerações e se contrapondo às práticas e discursos racistas, machistas e capitalistas.

O site deve estar de acordo com os princípios da comunicação como um direito humano e em consonância com uma comunicação popular.

Comunicação como um Direito Humano:
A importância de comunicar foi reconhecida no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabelece que “todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.

Dessa forma, queremos que o site do Observatório da Pesca Artesanal seja esse espaço para a livre informação e ao mesmo tempo, expressão e difusão de informações dos pescadores e pescadoras artesanais, dentro, claro, do que estabelece a nossa linha editorial do Observatório, acima descrita.

Comunicação Popular:
Comunicação popular é aquela desenvolvida no contexto das comunidades e dos movimentos sociais, que visam todo um processo de conscientização ou de mobilização e também procura a apropriação dos meios de comunicação, buscando os interesses dessas mesmas comunidades.
O site do Observatório da Pesca Artesanal deve respeitar o princípio da comunicação popular ao construir uma comunicação para mobilização e conscientização, que respeite o modo de ser das comunidades pesqueiras. Uma comunicação que é feita pelos pescadores e para os pescadores artesanais.

Tipos de Conteúdo

Vídeos: Vídeos produzidos por membros ou parceiros do Observatório da Pesca Artesanal que estejam dentro da linha editorial do Site Observatório da Pesca Artesanal com informações que tenham caráter educativo ou informativo relacionado aos pescadores e pescadoras artesanais.

Podcasts: Programas sonoros com reportagens ou programas de entretenimento que ajudem a divulgar as questões relacionadas aos assuntos que interessam os pescadores e pescadoras artesanais.

Notícias: Textos informativos que podem trazer fatos sobre um evento, que podem esclarecer sobre dúvidas que aflijam os pescadores e pescadoras artesanais, entre outros. Devem ser escritos de acordo como o critério de objetividade e se caracterizam também pelo elemento de novidade.

Artigos: Textos de Opinião que devem ser obrigatoriamente assinados. Mesmo que os textos expressem a opinião do autor, o texto deve estar de acordo com a Política Editorial do site do Observatório da Pesca Artesanal.

Publicações: Podem ser cartilhas, revistas, boletins, publicações que tenham um caráter informativo e de formação para os pescadores e pescadoras artesanais, que tenham sido produzidas pelo Observatório da Pesca Artesanal ou por parceiros.

Pesquisas: Resultados de pesquisas que tenham como temática os pescadores e pescadoras artesanais e a pesca artesanal e questões relativas a sua situação

Legislações: Leis, Portarias e Instruções Normativas que tratem de ordenamentos que digam respeito à pesca artesanal e aos pescadores e pescadoras artesanais.

Dados sobre Estatística Pesqueira: dados oficiais e dados produzidos por iniciativas locais e regionais de monitoramento e automonitoramento da produção pesqueira disponíveis.

Links de interesse: para acesso a sites e/ou materiais de organizações e instituições que sejam de interesse dos pescadores e pescadoras artesanais.

Responsabilidade pelos conteúdos publicados:

Quando se trata da publicação de informações é preciso ser criterioso. Opiniões e denúncias são emitidas através dos textos e podem gerar inúmeras implicações tanto sociais, quanto políticas e jurídicas.

Por isso, é importante que o conteúdo que for publicado seja cuidadosamente apurado, para evitar dados equivocados. Outro cuidado importante diz respeito a publicação de opiniões. Tradicionalmente, no jornalismo, há uma divisão entre textos informativos (matérias, reportagens) e textos de opinião. Os primeiros seguem critérios de objetividade e isenção.

Diferente de um veículo comercial, a isenção não será um ponto de relevância no conteúdo publicado no site do Observatório, porque temos a defesa de um lado muito bem definido (o dos pescadores e pescadoras artesanais), mas os critérios de objetividade serão seguidos, o que significa, principalmente, apuração dos fatos noticiados para que haja a certeza de que a informação é verdadeira. Nas matérias, os textos devem ser escritos sem adjetivação e sem emissão de opinião, que só será permitida nos textos de opinião assinados.

Os textos que não forem conteúdos originais da página web do Observatório da Pesca Artesanal, e que forem reproduzidos de outras páginas, devem ter a autoria e a origem apontadas no texto.

Publicações, vídeos, pesquisas e podcasts de organizações que não fazem parte do Observatório da Pesca Artesanal devem ser publicados apenas após consulta ao Comitê Político do Observatório. Já as notícias, que tem um caráter mais urgente, podem passar pelo crivo inicial apenas do Conselho Editorial. Caso o Comitê Político apresente discordância posterior ao que foi publicado, o conteúdo pode ser retirado da página.

Alimentação da página:

A alimentação da página será feita pelos pescadores e pescadoras artesanais que tenham passado pelo processo de formação na Oficina de Comunicação que dará as instruções básicas sobre o formato de construção de texto jornalístico.

A alimentação também poderá ser feita por profissional contratado para realizar a atualização do site e por membros do Conselho Editorial após terem passado por formação em Comunicação Popular.

Política de Correções:

Procedimento caso haja descumprimento da Política editorial:

Se o texto, vídeo ou áudio enviados para publicação no site do Observatório da Pesca Artesanal estiverem em discordância com a política editorial no quesito conteúdo, o Conselho Editorial deve entrar em contato com o autor e comunicar o desacordo do material em relação à política editorial. O Conselho também proporá que o autor faça correções para ajustar o material de acordo com a Política Editorial.

Caso o autor discorde em fazer as alterações, o Conselho Editorial pode se recusar em publicar o material.

Já quando se trata de erros gramaticais e de textos jornalísticos (matérias e reportagens) que estejam em desacordo com a técnica de escrita jornalística, o Editor do Site ou membros do Conselho Editorial poderão fazer as correções necessárias para que o texto se adeque às regras gramaticais da língua portuguesa e à técnica do texto jornalístico para publicação, sem a obrigatoriedade da consulta ao autor do texto.

Procedimento caso o texto publicado seja questionado por terceiros quanto a veracidade e autenticidade das informações apresentadas:

Se após publicado um texto, vídeo ou áudio, o conteúdo for questionado por terceiros, o material será analisado pelo Conselho Editorial que avaliará se mantém a publicação no site da maneira como foi publicado originalmente, se mantém o material acrescentando uma errata ou se abre espaço para a publicação de um direito de resposta do autor do questionamento.

Sobre a Reprodução do Conteúdo:

O site e todo o seu conteúdo estarão submetidos à Licença Creative Commons 4.0, que permite a reprodução de todos os conteúdos do site do Observatório, desde que sejam dados os devidos créditos e desde que a reprodução não seja para fins comerciais.